SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEAS/RO

CONCURSO PÚBLICO
Nº 287/2022

Analista em Desenvolvimento Social: Antropologia

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ANTROPOLOGIA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 07.

As palavras e nós

A língua é viva e pertence aos usuários. Regras consagradas mudam. A grande questão é que existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português, por exemplo. Sim, a língua não pertence apenas aos especialistas. É justo supor que ela também não é só minha.

Shakespeare inventou muitas palavras. Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores. Guimarães Rosa era um gênio da composição de termos não dicionarizados ou de usos linguísticos pouco usuais. Difícil saber se o autor do Grande Sertão: Veredas inventava ou apenas registrava oralidades e falas populares mineiras. Quando alguém me diz que temos de imitar os clássicos, sempre imagino que a pessoa saiba pouco da capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha.

Devo e posso adaptar os usos da língua ao momento atual. "*Delivery*", abaixo do Equador, não existia há poucos anos. Hoje, é termo necessário. Profetizo vida longa a "*air bag*", "*milk shake*", "*trailer*" e "*shopping center*". Num dia, podem vestir trajes adequados à última flor do Lácio. Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu (grafo sem aspas ou itálico, porque eram anglicismos que foram adaptados). Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.

Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte. A língua tropeça quando estamos falando dos novos usos de gênero. Usar o masculino, implicando toda a espécie humana, é norma vigente há séculos. Reconheçamos: a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino. Evita-se o feminino não apenas como prática gramatical, todavia pela exclusão real das mulheres. Gramática tem gênero, ideologia e preconceito. É estranho querer manter uma norma da época de Dom Dinis (1261-1325) lendo um texto no seu *smartphone* contemporâneo. A língua não é de pedra, nem é de vapor. Ela não me pertence; ela não me ignora.

Gosto de usar "todas e todos" para abandonar o invisível do feminino. Não tenho raiva, mas ainda não consigo empregar regularmente "todes". Acho exótico grafar txdxs, deixando o x como incógnita a ser preenchida pela identidade de cada pessoa.

Vamos refletir. Uma pessoa tem raiva porque vê "todes". Alega que isso não existe. Se eu escrevi e alguns usam, existe. Porém, a mesma pessoa não apresenta raiva contra as outras mudanças. Vejamos. "Vossa Mercê" era usado apenas para os reis que concediam benefícios, mercês. O "vós" também era exclusivo de altos aristocratas. No fim da Idade Média, pelo uso, grandes comerciantes passaram a usar Vossa Mercê entre si. Na Idade Moderna, Vossa Mercê reduziu-se para "você". Eclodem formas populares no Brasil como "vosmecê". Claro: o uso do você encontrou vozes contrárias. Avancemos para o mundo da digitação. A forma sem vogais é quase consagrada: "vc".

Que "você" seja uma palavra consagrada sem disputas, mas o uso de "todas e todos" desperte tantos debates é apenas sinal de que os irritados nunca estudaram linguística ou gramática histórica. Volto a dizer: eu estranho "todes".

Em 2050, na prova de Redação no Enem, pode existir uma questão sobre os tempos primitivos quando um grupo impunha o masculino, subentendendo o feminino. Lembre-se disto: pelas normas atuais, Camões não seria aprovado em prova de redação.

(KARNAL, Leandro. As palavras e nós. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 143, nº. 47115, 16 out., 2022. Cultura & Comportamento, p. C12. Adaptado.)

Questão 01

No texto, o autor

A) estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.
B) explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.
C) caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.
D) orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que descordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.
E) apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.

Questão 02

De acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros

A) de forma pacífica, pois as mudanças históricas que a língua sofre por causa do uso são consensuais.
B) de forma diferente, porque o primeiro caso não implica disputas; já o segundo, provoca discussões ainda sem consenso.
C) analogamente, tendo em vista que se tratam transformações de naturezas distintas, mas embriologicamente semelhantes.
D) com concórdia, uma vez que as transformações da língua são construídas pelos usuários para atender às transformações culturais.
E) com uniformidade de opiniões, pois compreendem que, no primeiro caso, trata-se de variações históricas e, no segundo, de variações socioculturais.

Questão 03

***"[...] existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português, [...]."* (1º§) O sintagma destacado exerce a mesma função sintática que o sintagma também destacado em:**

A) *"[...] invoque os grandes autores do passado, [...]"* (2º§)
B) *"[...] a língua não pertence apenas aos especialistas."* (1º§)
C) *"[...] a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino."* (4º§)
D) *"[...] era um gênio da composição de termos não dicionarizados [...]"* (2º§)
E) *"Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte."* (4º§)

Questão 04

Considerando-se o contexto, o trecho cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

A) *"[...] exclusivo de altos aristocratas."* 6º§ = abrange todos aqueles que têm maneiras sofisticadas
B) *"[...] eram anglicismos que foram adaptados* [...]*"* 3º§ = tratavam-se de palavras lusófonas adaptadas ao português brasileiro
C) *"[...] apenas registrava oralidades e falas populares mineiras* [...]*"* (2°§) = restringia-se a opinar sobre o modo de falar do povo mineiro
D) *"[...] composição de termos não dicionarizados* [...]*"* (2º§) = invenção de palavras e/ou expressões não reconhecidas como pertencentes à língua portuguesa
E) *"[...] capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha."* (2º§) = potencial de autores renomados de, ao mesmo tempo, recriarem e se submeterem à norma padrão vigente

Questão 05

A substituição do elemento destacado pelo pronome correspondente, com os ajustes necessários, NÃO foi feita corretamente em:

A) *"[...] pertence aos usuários."* = pertence-lhes
B) *"Shakespeare inventou muitas palavras."* = *Shakespeare* inventou-as
C) *"Devo e posso adaptar os usos da língua ao momento atual."* = devo e posso adaptá-los ao momento atual
D) *"Profetizo vida longa a "air bag", "milk shake", "trailer" e "shopping center."* = profetizo-lhes vida longa
E) *"[...] quando um grupo impunha o masculino, subentendendo o feminino."* = quando um grupo impunha-lhe, subentendendo o feminino

Questão 06

Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto.

I. Em *"Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo."*, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.
II. Em *"Gramática tem gênero, ideologia e preconceito."*, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: *"Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu* [...]*."*, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.
III. Em "*Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.*", a ausência de vírgula antes da palavra "que" implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

Questão 07

Considerando as figuras de sintaxe, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em "*Hoje, é termo necessário.*", a ordem dos termos da oração está inversa, caracterizando um hipérbato.
( ) Em "*Ela não me pertence; ela não me ignora*", a ausência de conjunção ligando as duas orações caracteriza um polissíndeto.
( ) Em "*A língua é viva e pertence aos usuários.*", há a omissão de um termo facilmente identificável no contexto, o que caracteriza uma elipse.
( ) Em "*Usar o masculino, implicando toda a espécie humana, é norma vigente a séculos.*", a oração intercalada nesse período caracteriza um anacoluto.

A sequência está correta em

A) F, V, F, V.
B) F, F, V, V.
C) V, V, F, F.
D) V, F, V, F.
E) V, F, V, V.

O excerto contextualiza as questões de 08 a 10.

Num vilarejo da Mancha, de cujo nome não quero lembrar-me, há muito tempo vivia um fidalgo dos de lança em lanceiro, adarga antiga, rocim magro e cão corredor. Uma olha com algo mais de vaca que de carneiro, salpicão na maioria das noites, *duelos y quebrantos* aos sábados, lentilhas às sextas, algum pombinho como prato especial aos domingos consumiam três quartos de sua renda. O restante dela, acabavam-no saio de *velarte*, calças de veludo para os dias santos, com seus pantufos do mesmo pano e nos dias de semana se honrava com sua burelina de mais fina.

(CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha. Tradução de José Sánchez e Carlos Nougué. São Paulo: Abril, 2010. p. 51.)

Questão 08

Considerando-se o contexto e se fazendo adaptações necessárias, a palavra destacada está adequadamente substituída por um sinônimo em:

A) *"[...] rocim magro [...]"* = tez
B) *"[...] adarga antiga [...]"* = escudo
C) *"[...] vivia um fidalgo [...]"* = plebeico
D) *"[...] de lança em lanceiro [...]"* = armeiro
E) *"Num vilarejo da Mancha [...]"* = mosteiro

Questão 09

Sobre os aspectos textuais desse excerto, analise as afirmativas a seguir.

I. O propósito comunicativo do excerto é descrever aspectos relacionados ao personagem "fidalgo".
II. O excerto é contado por um narrador observador; por isso, ele também é um dos personagens da história.
III. O segundo período do excerto elenca os principais hábitos alimentares do personagem principal da história.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) I e III.

Questão 10

***"[...] de cujo nome não quero lembrar-me [...]"* O verbo que está flexionado no mesmo tempo do verbo destacado anteriormente está em:**

A) *"[...] há muito tempo [...]".*
B) *"[...] vivia um fidalgo [...]".*
C) *"[...] honrava com sua burelina [...]".*
D) *"[...] acabavam-no saio de velarte [...]".*
E) *"[...] consumiam três quartos de sua renda [...]".*

CONHECIMENTOS GERAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 11

Sobre o processo de urbanização de Rondônia, analise as afirmativas a seguir.

I. O modelo de formação das cidades deu-se, sobretudo, a partir de estratégias estatais, como aquelas conduzidas pelo INCRA, que organizou políticas de acesso à terra e a gestão administrativa dos núcleos urbanos.

II. Com o constante incentivo do Estado e as transformações que ocorriam na Amazônia, Rondônia obteve seu maior aumento populacional nas décadas de 20 e 30 do século XX, período em que obteve um crescimento superior a 250 mil pessoas.

III. A despeito das ações do Estado para incentivar o processo de urbanização de Rondônia, as maiores transformações urbanas da região se deram a partir da iniciativa privada, notadamente na década posterior à Segunda Guerra Mundial.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

Questão 12

Sobre os Ciclos da Borracha e sua relação com as populações indígenas, assinale a afirmativa correta.

A) Houve intensa exploração da mão de obra indígena na produção da borracha; todavia, este cenário só ocorreu de fato no primeiro Ciclo da Borracha, ocorrido no fim do século XIX.
B) A mão de obra indígena foi predominantemente escrava e só ocorreu no segundo Ciclo da Borracha, a partir da década de 40 do século XX, quando já não havia mais a oferta de trabalhadores oriundos da região Nordeste do país.
C) Ainda que existisse o interesse na exploração de mão de obra indígena nos Ciclos da Borracha, isso não ocorreu em larga escala, porque já havia grande oferta de trabalho oriunda da migração de nordestinos no princípio do século XX.
D) A mão de obra indígena para a extração da borracha foi empregada principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, provocando deslocamento de grandes aldeias, incluindo processos migratórios forçados.
E) A mão de obra indígena para a extração de borracha nunca foi considerada importante, porque os povos indígenas apresentavam grande resistência a esse tipo de trabalho, e um grande fluxo migratório, notadamente o nordestino, já se apresentava como principal alternativa.

Questão 13

Sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Obteve participação de mão de obra nordestina e indígena e foi construída entre 1907 e 1912.
B) Obteve forte participação do capital estrangeiro, sendo concluída em 1912, após tentativas de construção que remontam ao final do século XIX.
C) Foi um símbolo do progresso para a época, transportando pessoas e mercadorias e gerando lucro até a década de 80, quando entrou em declínio e foi desativada.
D) Foi um importante elemento de construção da sociedade do estado de Rondônia; é hoje um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
E) A construção da ferrovia foi concluída em 1912, conectando Porto Velho a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, sendo um importante elemento da colonização do território amazônico.

Questão 14

Sobre as características dos movimentos migratórios de Rondônia, analise as afirmativas a seguir.

I. O período denominado Ciclo do Ouro, na segunda metade do século XX, foi um importante catalisador do interesse dos migrantes pela região de Rondônia, atraídos pela grande oferta de trabalho e condições favoráveis para se viver.

II. O movimento migratório de Rondônia foi fortalecido pela permanente necessidade da contratação de trabalhadores para construção de ferrovias, como a ferrovia Madeira-Mamoré, processo que abarcou profissionais não apenas do Brasil, mas também de outras nacionalidades.

III. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a partir de uma ação conjunta entre os governos norte-americano e brasileiro para suprir a demanda de borracha na guerra, milhares de trabalhadores migraram para Rondônia, ficando conhecidos como os "soldados da borracha".

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e III.

Questão 15

Sobre a criação do estado de Rondônia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A origem do estado de Rondônia remonta ao desmembramento do estado do Amazonas e do estado do Mato Grosso, no fim do século XIX.
( ) Rondônia foi elevada a um Estado-Membro da União após a promulgação da atual Constituição da República.
( ) Rondônia manteve, até o fim do século XIX, o nome de "Território do Guaporé", passando então a se chamar Território Federal de Rondônia.
( ) Apesar da criação do estado de Rondônia por meio de Lei Complementar, na prática permaneceu sendo um Território Federal até 1992.

A sequência está correta em

A) F, F, F, F.
B) V, F, F, V.
C) F, V, F, F.
D) V, F, V, V.
E) V, V, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define que as ações das três esferas de governo na área de assistência social se realizam de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Neste âmbito, relacione adequadamente as esferas às suas respectivas competências.

1. Municípios.
2. Estados.
3. União.

( ) Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no Art. 203 da Constituição Federal.
( ) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
( ) Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.
( ) Prestar os serviços assistenciais de que trata o Art. 23 desta Lei.
( ) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

A sequência está correta em

A) 3, 2, 2, 1, 1.
B) 2, 2, 2, 1, 3.
C) 3, 1, 2, 1, 1.
D) 1, 2, 2, 1, 3.
E) 3, 2, 1, 2, 1.

Questão 17

A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia; deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. Em relação aos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), analise as afirmativas a seguir.

I. Defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais.
II. Defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda.
III. Oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
IV. Garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e IV, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. De acordo com tal normativa, a proteção social especial de média complexidade compreende os seguintes serviços:

A) Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
B) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
C) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
D) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
E) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Questão 19

Considerando que o auxílio-inclusão está previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), sendo regulamentado pela Lei nº 14.176/2021, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) No prazo de dez anos do auxílio-inclusão será promovida uma revisão.
B) O valor do auxílio-inclusão corresponderá a 50% do valor do Benefício de Prestação Continuada.
C) Ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário poderá manter o Benefício de Prestação Continuada.
D) Terá direito ao benefício quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade.
E) O recebimento do auxílio-inclusão está condicionado às pessoas que recebem o auxílio de prestação continuada.

Questão 20

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece disposições gerais em relação ao direito à convivência familiar e comunitária. Em relação a tais disposições, analise as afirmativas a seguir.

I. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

II. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

III. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

IV. Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e IV.
C) II e III.
D) III e IV.
E) I, II e III.

Questão 21

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, Art. 28, "o Servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de dois anos, com o objetivo de avaliar seu desempenho visando a sua confirmação ou não no cargo para o qual foi nomeado". Em relação ao estágio probatório, analise as afirmativas a seguir.

I. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no Art. 35.

II. O servidor em estágio probatório não poderá ser cedido para ocupar cargo em comissão, podendo ficar suspensa sua avaliação caso não cumpra a vigência, a critério do órgão cedente.

III. São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório: I – assiduidade; II – pontualidade; III – disciplina; IV – capacidade de iniciativa; V – produtividade; VI – responsabilidade.

IV. Nas comissões de avaliação participará, obrigatoriamente, o chefe imediato do servidor, quando da avaliação do estágio probatório.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) II e IV.
D) I, III e IV.
E) II, III e IV.

Questão 22

O Plano de Assistência Social, de que trata o Art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do SUAS. A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do conselho de assistência social. A estrutura do plano é composta por:

A) Levantamento de dados; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços.

B) Questionário diagnóstico; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; objetivos gerais e específicos; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços.

C) Diagnóstico socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; mapeamento e relatório final.

D) Diagnóstico socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; indicadores de monitoramento e avaliação; espaço temporal de execução.

E) Mapeamento socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; indicadores de monitoramento e avaliação; espaço temporal de execução.

Questão 23

É notório o reconhecimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento de importante transformação na construção de uma nova concepção de criança e adolescente e de gestão das políticas voltadas para a infância e adolescência. Em relação às entidades que desenvolvem programas de internação, elas têm as seguintes obrigações:

A) Diferenciar no sentido de afastar os vínculos familiares; comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
B) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal; oferecer vestuário e alimentação suficientes de acordo com a disponibilidade da entidade.
C) Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; propiciar escolarização e profissionalização; propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer; propiciar assistência religiosa de acordo a orientação da instituição.
D) Proceder a estudo social e pessoal de cada caso; reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de um ano, dando ciência dos resultados à autoridade competente; informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual.
E) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.

Questão 24

O envelhecimento é algo inevitável e constante em nossas vidas. Sendo assim, como sociedade, precisamos de estrutura e organização para lidarmos com o gradual aumento de idade dos indivíduos. O Estatuto da Pessoa Idosa representa esse avanço trazendo concepções sobre garantias e direitos. O direito à liberdade exposto no Estatuto da Pessoa Idosa compreende os seguintes aspectos:

A) Praticar esportes e divertir-se; decidir sobre onde residir; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
B) Praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política de forma irrestrita.
C) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão quanto às decisões familiares.
D) Participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação; direito de escolha em todas as circunstâncias em se tratando de tratamento médico.
E) Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; participar da vida política, na forma da lei; faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Questão 25

As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Pessoa Idosa forem ameaçados ou violados. De acordo com Art. 45 do Estatuto da Pessoa Idosa, cabe ao Ministério Público ou Poder Judiciário toda vez que o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa seja violado determinar as seguintes medidas:

A) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem; abrigo temporário; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
B) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
C) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; abrigo em casa de parentes ou conhecidos.
D) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; abrigo em casa de parentes ou conhecidos; buscar família substituta.
E) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem.

Questão 26

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, o servidor tem direito à licença, sendo concedido licença nos seguintes casos:

A) Por motivo de viagem a trabalho; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; prêmio por assiduidade.
B) Por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para casamento; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
C) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; por doença; para casamento; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
D) Por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
E) Por motivo de viagem a trabalho; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.

Questão 27

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São consideradas diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, EXCETO:

A) Matricialidade sociofamiliar; territorialização; e, municipalização.
B) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.
C) Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
D) Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo.
E) Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; controle social; e, participação popular.

Questão 28

De acordo com Art. 11 da NOB SUAS 2012 serão pactuados pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) parâmetros para a consolidação da rede de serviços, de equipamentos, da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do funcionamento adequado dos conselhos de assistência social. Sobre as responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, analise as afirmativas a seguir.

A) Garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS; responder pela concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) definido no Art. 203 da Constituição Federal.
B) Propor diretrizes para a prestação dos serviços socioassistenciais; atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência; assessorar e apoiar as entidades e organizações visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social às normas do SUAS.
C) Regular o acesso às seguranças de proteção social, conforme estabelecem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS); implementar a gestão do trabalho e a educação permanente; instituir e garantir capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social.
D) Decidir sobre a concessão e renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social no âmbito da assistência social; promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas; desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social.
E) Elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e a organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social.

Questão 29

O Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS. O Pacto de Aprimoramento do SUAS compreende, EXCETO:

A) Definição de níveis de gestão.
B) Elaboração de normas e instrumentos.
C) Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação.
D) Fixação de prioridades e metas de aprimoramento da gestão.
E) Planejamento para o alcance de metas de aprimoramento da gestão.

Questão 30

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, Art. 9º, "o provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas", sendo consideradas como formas de provimento de cargo público:

A) Convocação; readaptação; reintegração; nomeação; remoção; recondução; e, promoção.
B) Convocação; nomeação; remoção; reintegração; aproveitamento; reintegração; e, recondução.
C) Nomeação; promoção; reavaliação; reintegração; recondução; convocação; e, aproveitamento.
D) Nomeação; convocação; promoção; readaptação; reintegração; aproveitamento, e, recondução.
E) Nomeação; promoção; readaptação; reintegração; aproveitamento; reintegração; e, recondução.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Toda etnografia busca um retrato de tudo que está em questão nos detalhes da vida das pessoas. As abordagens usuais à educação – psicologia, economia, sociologia, até mesmo a história – oferecem recortes importantes, mas os antropólogos buscam o plano completo de lutas que tornam cada momento significativo, potencialmente traiçoeiro e, provavelmente, político.

(McDermott e Raley 2011, p. 34.)

Fazer um parâmetro entre a cultura e a educação pode parecer redundância, mas não é. Embora mantenham relações intrínsecas, não são a mesma coisa. Sobre cultura e educação e seus estudos e pesquisas, podemos afirmar que:

A) Decididamente, a cultura é algo que as pessoas fazem, não algo que possuem, ou seja, não pode ser sistematizada como no caso da educação.
B) Ao procurar a generalização estatística da pesquisa quantitativa, os estudos antropológicos geram teorias sociais que, por sua vez, geram padrões educacionais.
C) O relativismo cultural é, de certa forma, ameaçado pela educação que é, na verdade, um esforço para compreender uma cultura ou um grupo em termos dominantes.
D) De acordo com os pesquisadores desses âmbitos, sua responsabilidade é observar e registrar e, em hipótese alguma, modificar ou tentar melhorar as circunstâncias.
E) A antropologia da educação está enraizada em compromissos para com o conceito de cultura, o relativismo cultural, a comparação transcultural e a teoria social, dentre outros.

Questão 32

O homem encarou a diversidade cultural desde os primórdios de sua história. Isso porque acreditamos que embora o homem sempre tenha pensado e refletido sobre si mesmo e sobre os diversos povos com os quais tivesse contato, esses pensamentos sempre foram guiados por seu próprio modo de interpretar o mundo, ou seja, seus valores, crenças etc.

(FOUCAULT, 2000.)

Em meados do XVIII, a sociedade industrial foi suscitando no homem a necessidade de se colocar como objeto da ciência, como fazia com a natureza, mas somente a partir do século XIX que se erigiu um empenho na direção de formatar um discurso antropológico com certos métodos que ascendessem à ciência. Assim sendo, assinale a afirmativa correta.

A) A pesquisa de cunho antropológico, além de viver um intenso e expansivo movimento humanista na Europa, é a base ideológica para as grandes revoluções burguesas do período.
B) Essa percepção sobre o "outro" e sua cultura passa a atender modelos rigidamente elaborados, ou seja, àquelas categorias de análise cultural criadas ainda no seio das primeiras filosofias.
C) O pensamento de muitos homens sobre a natureza humana deixa paulatinamente o campo das especulações para se tornar cada vez mais metódico, segundo os preceitos da ciência da época.
D) A enorme diversidade da humanidade sobressaiu aos olhos dos homens como um fato digno de respeito e admiração, o que contribuiu para exaurir o preconceito, a xenofobia e outros conflitos sociais.
E) A atitude, que consiste em "acolher" para sua cultura, trazer para a condição de humanidade todos aqueles que não participam de nosso modo de pensar, ganha respaldo na ciência antropológica.

Questão 33

O Calendário Cultural de eventos oficiais de Rondônia para 2023 foi divulgado, por meio da Portaria nº 296/2022. Ele foi criado pelo governo de Rondônia, por meio da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (SEJUCEL), pelo Decreto nº 27.542. O calendário tem o objetivo de difundir e orientar os eventos oficiais das atividades culturais, em todas as suas formas e manifestações. O calendário cultural deve ser organizado e divulgado todos os anos, até cinquenta dias antes do final de cada exercício, para execução no ano seguinte.

(Esporte, Cultura e Lazer – Divulgado pelo Governo de Rondônia o calendário cultural de eventos oficiais do Estado para 2023 – Governo do Estado de Rondônia – Governo do Estado de Rondônia. rondonia.ro.gov.br)

Os Planos Estaduais de Cultura, relacionados e em conformidade com o Plano Nacional de Cultura, precisam estar em consonância com alguns princípios, dentre os quais podemos apontar:

A) Respeito aos direitos humanos e subsídio integral do Estado.
B) Liberdade de expressão, criação, fruição e diversidade cultural.
C) Direito à memória e às tradições e repúdio às novas tendências.
D) Responsabilidade socioambiental e censura às entidades não governamentais.
E) Direito à informação, à comunicação e à crítica cultural e refusão aos intercâmbios.

Questão 34

Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros.

(Heródoto. 484-424 a.C. In.: Cultura laraia | Evandro Catunda Junior - Academia.edu)

Evidentemente, cultura é um componente fundamental de toda a sociedade. No vasto mundo dos estudos e teorias acerca das relações entre cultura e sociedade ao longo do tempo, esse tema surge como uma questão crucial da teoria crítica, representada, dentre outros por *Max Horkheimer*, que afirma que

A) o caráter dinâmico da cultura se perde em alguns momentos específicos da história como, por exemplo, quando há antagonismos entre as classes sociais.
B) o ensinamento da cultura deve ser sistematizado, pois contribui para a ordem social contínua, e transmite a forma como as pessoas devem se comportar nas situações.
C) o conteúdo cultural situa-se em um ponto intermediário constituído pela tríade "arte, religião e filosofia" e determina a partir daí a compreensão da totalidade social.
D) o desenvolvimento psíquico individual e suas transformações não têm lugar nas esferas culturais, pois dependem prioritariamente de fatores genéticos peculiares a cada um.
E) a elaboração de uma teoria da sociedade exige tanto a consideração da intermediação dos processos psíquicos dos indivíduos quanto uma compreensão determinada da cultura.

Questão 35

As experiências de políticas públicas de cultura no Brasil, apesar dos esparsos recursos materiais e humanos que historicamente foram destinados ao setor, já constituem um corpo consistente para pesquisa e reflexão acadêmicas. Desde a criação do Departamento de Cultura de São Paulo e a atuação do governo Vargas nos anos 1930/40, passando pela Política Nacional de Cultura da Ditadura Militar nos anos 1970, pela criação do Ministério da Cultura na redemocratização dos anos 1980, até chegar às atuais transformações promovidas pela gestão de Gilberto Gil, dentre outras referências possíveis, várias questões se colocam de suma importância. Nos dias atuais, uma lei que, apesar de inúmeras polêmicas, se destaca no cenário cultural brasileiro, é a Lei *Rouanet*. Essa lei:

A) Tem mais de trinta anos e é conhecida também pelo seu nome oficial: "Lei Federal de Incentivo à Cultura".
B) Organiza as empresas e indivíduos para que doem a maior parte dos fundos de reserva para financiar as artes que sustentam a cultura em nosso país.
C) Respalda a cidadania cultural, uma vez que quem decide se um projeto vai ou não ser financiado é cada empresa, sem o crivo do Ministério da Cultura.
D) Foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio da Silva (Lula) e permanece em funcionamento até hoje, sem modificações ou quaisquer acréscimos legais.
E) Oficializa o mecenato, que acontece há séculos nas artes, permitindo que pessoas apenas jurídicas destinem parte de seus bens ao financiamento de obras artísticas.

Questão 36

A antropologia é a disciplina científica responsável pela compreensão do que nos torna humanos. Para fazer isso, analisa tanto as manifestações socioculturais de diferentes grupos e em diferentes períodos. Especificamente, os antropólogos estão interessados em estudar como e por que as pessoas se comportam e interagem de uma determinada maneira; pergunta que pode ser analisada a partir de perspectivas muito diferentes. Muitos antropólogos trabalham, por exemplo, analisando a área de economia ou política, outros de saúde, educação ou direito. Mas pode haver muito mais. Para a antropologia, os campos de estudo são tão variados quanto a diversidade humana.

(Os 4 principais ramos da antropologia, como são e o que investigam / Cultura | Psicologia, filosofia e pensamento sobre a vida. sainte-anastasie.org.)

No Brasil, segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o antropólogo, enquanto pesquisador, precisa estar de acordo com o Código de Ética da profissão, que preconiza, dentre outros fatores:

A) O direito, aos pesquisadores, de preservar, caso julguem necessário, informações confidenciais e o direito de autoria e proteção contra o plágio.
B) A garantia total de colaboração prestada pela comunidade investigada, sob pena de sanções por parte das instituições envolvidas no processo.
C) O direito do antropólogo de intervir, sempre que sentir necessidade, nos códigos culturais das sociedades estudadas, desde que se faça o devido registro.
D) Que os direitos dos antropólogos são prioritários aos direitos das populações que são objeto de pesquisa, pois prestam serviço às próprias comunidades.
E) O direito de acesso às populações e às fontes com as quais o pesquisador precisa trabalhar são autorizadas, desde que se comprove a sua formação e competência.

Questão 37

No Mercado do Km 1, em Porto Velho, determinada comerciante, faz uma das melhores tapiocas de Rondônia. Pode parecer simplória, mas a técnica de fazer essa iguaria é um dos bens de natureza imaterial de Rondônia, que, a partir de agora, ganha valor e passa a integrar o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural rondoniense, objeto do Decreto nº 27.147/2022. A exemplo de outros estados, e sob o comando da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer (SEJUCEL), o governo de Rondônia se adiantou em sua política de preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, estabelecendo regras claras para proteção e registro.

(Casa Civil – Rondônia cria Registro de Bens Culturais Imaterial e Programa Estadual de Valorização – Governo do Estado de Rondônia - Governo do Estado de Rondônia – rondonia.ro.gov.br. Adaptado.)

Para produzir uma das melhores tapiocas rondonienses, e dar o sentido exato das disposições legais da Normativa Estadual, eis que o conhecimento e talento da comerciante, foi herdado do pai, que herdou da avó, e que herdou da bisavó, e mantém e aprimora a técnica por quatro gerações. Sendo assim, esse tipo de bem cultural de natureza imaterial é:

A) Inflexível, pois, como bem de caráter não formal – faz e ensina – apenas por meio dos exemplos e das palavras.
B) Inatingível, pois são importantes formadoras da memória e da identidade de apenas alguns grupos sociais mais estereotipados do Brasil.
C) Inexequível, pois as formas tradicionais e artesanais de expressão podem ser classificadas, pura e simplesmente, como aprendizados culturais.
D) Inestimável, pois é aquele que se relaciona com a maneira como os diferentes grupos sociais se expressam por meio de suas festas, saberes, fazeres, ofícios e rituais.
E) Contraproducente, pois contém em si os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade e não pode ser comercializado a nível de obtenção de lucro.

Questão 38

Rodar a baiana

"Quem nunca?" A expressão quer dizer dar um escândalo em público e teria se originado nos blocos de Carnaval do Rio de Janeiro no início do século XX. Dizem que nessa época alguns malandros aproveitavam a folia para dar beliscões no bumbum das moças dos desfiles até que capoeiristas passaram a se fantasiar de baianas para proteger as garotas do assédio. Daí, quando algum engraçadinho desavisado avançava o sinal, levava um golpe de capoeira e, quem estava de fora, só via a "baiana rodar" sem entender direito o que estava acontecendo.

(A origem de 40 expressões populares brasileiras. r7.com.)

"Rodar a baiana" é uma expressão linguística especificamente brasileira. O Brasil tem uma notável diversidade criativa, em seus mais variados aspectos. Entendidas em seu sentido amplo, as práticas culturais compreendem desde políticas públicas, linguagens, até os eventos mais cotidianos da vida em sociedade, sobre os quais podemos afirmar que:

A) A comunidade internacional reconhece formalmente a natureza cultural e econômica das expressões culturais contemporâneas desde que produzidas por artistas e profissionais da cultura.
B) O desaparecimento da língua de fato nacional, de falares e expressões do vernáculo brasileiro de fato é uma grande ameaça para a nossa herança cultural, bem como para nossa criatividade e inovação.
C) O Estado é por excelência o provedor na elaboração de conceitos, metas e políticas em favor da diversidade das expressões culturais, com ênfase às culturas e alguns credos, bem como dos saberes sistematizados.
D) Cada vez mais a informação e o conhecimento são determinantes-chave na geração de riquezas, na transformação social e no desenvolvimento humano. A língua é ainda um dos principais meios para transmitir informação e conhecimento.
E) As culturas indígenas possuem uma riqueza de conhecimentos essenciais nas expressões culturais contemporâneas; no entanto, guardam um grave *deficit*: só podem ser valorizadas como patrimônio imaterial, pois não possuem registros gráficos.

Questão 39

Ao longo da história do Brasil e, a partir da análise de como o Estado se pretende garantidor de direitos reconhecidos na lei, percebe-se nas práticas e discursos que a diversidade da qual é composta a população brasileira é insatisfatoriamente representada nos diferentes espaços. Em que pese tal aspecto, marco importante se deu em 2003, quando o governo federal reconheceu explícita e publicamente a existência de racismo, o que culminou no início de amplos debates sobre políticas públicas (educacionais) e inserção política de segmentos específicos da população, seja nos direitos de saúde, emprego, redes de proteção social e reconhecimento cultural.

(Dietrich & Fukuzaki, 2017; Carvalho, 2002.)

As políticas afirmativas propõem, firmemente uma sociedade livre, justa e solidária ao objetivar erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tais medidas

A) trazem em seu bojo garantia de reverter totalmente o índice de pessoas que foram historicamente alijadas do processo de inserção social.
B) visam asseverar a continuidade cotidiana dos tratamentos iguais e da equidade no Brasil, independentemente do nosso passado de colonização.
C) devem apenas orientar o posicionamento dos indivíduos em relação ao tratamento institucional diferenciado em relação às classes menos privilegiadas.
D) sintonizam com a reflexão sobre as interseções entre direitos e deveres do cidadão, partindo do princípio de que ao cidadão, e só a ele, cabe o ônus desse problema.
E) estão relacionadas também com os resultados de uma grande luta dos movimentos sociais que, incansavelmente, demonstraram e denunciaram desigualdades.

Questão 40

Criatividade é um atributo essencial para músicos, mas repaginar outros sons também faz parte do processo. O problema surge quando a inspiração dá lugar ao plágio. O caso mais recente noticiado foi o da condenação de *Pharrell Williams* e *Robin Thicke*, que, segundo Tribunal Federal dos Estados Unidos, considerou que os artistas copiaram a música "*Got To Give It Up"* (1977), de *Marvin Gaye*, na criação de *"Blurred Lines"* (2013). Eles foram obrigados a pagar 7,3 milhões de dólares aos herdeiros de *Gaye*. Além deles, há vários outros casos semelhantes no mundo musical.

(5 casos de plágio que abalaram o mundo da música | Exame.)

A expressão "direitos culturais" aparece pela primeira e única vez na longa história das constituições brasileiras precisamente no Art. 215 do texto constitucional de 5 de outubro de 1988. Historicamente, o direito autoral, um direito cultural, consagra universalmente os direitos dos autores sobre as suas obras. Sobre ele, assinale a afirmativa correta.

A) É tão antigo quanto a própria cultura e fez parte de grandes civilizações como Grécia e Roma, não sendo característico, no entanto, das civilizações hidráulicas como China e Índia.
B) Surgiu com o nacionalismo no contexto do surgimento dos Estados Nacionais, quando a produção cultural de um país era sinônimo de grandeza e pertença, reconhecidamente como identidade nacional.
C) Surgiu no contexto do Renascimento Cultural Italiano, quando o artista, um mero trabalhador das artes sacras, passou a ter autonomia, individualismo e ser reconhecido como autor dessa ou daquela obra.
D) Foi o primeiro direito cultural internacionalmente estabelecido e nasceu dos processos revolucionários e atos legais reconhecendo a criação intelectual e artística como a mais legítima e a mais pessoal das propriedades.
E) Tende a desaparecer, nesse contexto, no qual as redes eletrônicas possibilitam uma desenfreada pirataria, e os autores, com raras exceções, já estão percebendo que não há outra opção, a não ser se submeter às demandas midiáticas vigentes.

Questão 41

A redefinição do lugar da cultura na sociedade e no governo exige muito trabalho de sensibilização da sociedade, de seus agentes e comunidades; do ambiente político e dos governantes. Existem múltiplas alternativas para reverter o espaço secundário destinado à cultura. Uma delas diz respeito à superação da visão da cultura apenas como belas artes e patrimônio. Hoje, em uma concepção mais atualizada, ela necessita ser compreendida de modo mais amplo, envolvendo artes, patrimônio material e imaterial, culturas e saberes populares, culturas digitais, pensamento, concepções de mundo, comportamentos, modos de vida, valores etc.

(RUBIM, Antonio Albino Canelas. 2019.)

A redefinição desse lugar da cultura amplia o universo da gestão cultural tornando-a mais complexa, mais presente na sociedade e no governo. As possibilidades de interface cultura e desenvolvimento se alargam. Nesse contexto, o papel do gestor cultural:

A) Limita-se às funções de publicar materiais informativos como brochuras, pôsteres, boletins ou comunicados à imprensa.
B) Exige uma postura de gestão diferenciada na medida em que seu valor ainda não está comprovado ou reconhecido pela maioria das pessoas.
C) Estabelece um vínculo tênue e sem compromisso com poucas instituições culturais devido, principalmente, às instabilidades desse mercado cultural.
D) Vincula-se unicamente às leis de incentivo à cultura promovidas sazonalmente pelo estado, o que confere uma característica de instabilidade ao profissional dessa área.
E) Apresenta-se como uma atividade profissional relativamente recente e guiada, muitas vezes, através de uma lógica informal, ou seja, sem vínculos oficiais ou regulamentados.

Questão 42

A institucionalização do patrimônio cultural material como objeto de políticas públicas se deu a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Neste decreto, em seu primeiro parágrafo, fica definido que "Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Esse mesmo decreto estabelece o dispositivo jurídico que salvaguarda o bem reconhecido e o coloca sob a tutela do estado. Dessa forma, o bem móvel ou imóvel – material ou imaterial – é submetido a dispositivos jurídicos de proteção, como é o caso do tombamento e do registro.

(Del0025_37 (planalto.gov.br)

Os patrimônios materiais são bens culturais normalmente passados de geração em geração, pois representam a história de determinado grupo ou país. Eles têm uma característica bastante peculiar porque podem ser móveis e imóveis. Além disso, quando falamos de patrimônio material:

A) É verdadeiro dizer que o bem material, mais que o imaterial, incentiva a profusão e difusão de estudos e pesquisas vinculados à dimensão cultural, social, histórica e artística de uma coletividade.
B) É verdadeiro dizer que o reconhecimento oficial de um bem cultural o coloca em situação de maior interesse e facilita ações, projetos e políticas que garantam minimamente a sua duração e permanência.
C) É verdadeiro colocar a diversidade cultural como vetor de empobrecimento do patrimônio cultural, uma vez que despersonifica a própria essência cultural através da perda de sua importância maior: a tradição.
D) É falso dizer que a degradação ou desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constituiria um empobrecimento nefasto do patrimônio do seu próprio povo e dos povos de maneira geral na opinião de muitos.
E) É falso dizer que os bens patrimoniais materiais imóveis estão em constante ameaça, seja pelo desgaste e degradação natural promovida pelo tempo ou devido ao processo de desenvolvimento da vida social e econômica das cidades.

Questão 43

Em entrevista publicada no ano de 2003, o pesquisador *Randal Johnson,* perguntado sobre as relações entre o movimento modernista de 1922 e o Cinema Novo brasileiro teceu consideração valiosa, afirmando: "pode-se pensar nesta relação em termos de analogia, e em termos de influência ou intertextualidade". Por analogia, o Cinema Novo representa no cinema brasileiro o que o movimento modernista representa na literatura. Os dois eram movimentos de vanguarda.

(JOHNSON, 2003, s/p.)

Os dois movimentos anteriormente citados, Cinema Novo e Modernismo, além de serem movimentos de vanguarda,

A) lançaram o país no mundo do cinema-espetáculo, intermediado pelo governo e subsidiado pelo capital estrangeiro.
B) conseguiram o feito inédito de exterminar literalmente as influências externas à cultura do Brasil de maneira permanente.
C) estabeleceram um limite rígido entre a arte cênica, em todas as suas nuances e a arte literária, vista como um viés atípico da cultura.
D) rejeitaram o tipo de produção que vinha antes e se engajaram na criação de novas formas de expressão artística e novos modos de pensar o Brasil.
E) alcançaram um diferencial nunca visto: concatenar todas as classes sociais e popularizar desde o clássico e o erudito, até o mais simples padrão cultural.

Questão 44

Os movimentos sociais emergentes, no Brasil, na década de 1970, referem-se à luta social, cujos eixos temáticos, em sua maioria, dizem respeito aos conflitos entre atores de todas as classes sociais. Os sindicatos e os partidos políticos, devido à sua subordinação ao Estado autoritário, implantado pela Ditadura Militar de 1964, não podem canalizar os problemas específicos de grupos, estimulando, assim, o surgimento de formas não institucionais de defesa dos interesses, levando à sociedade civil a conquistar o espaço público por meio de iniciativas cívicas de protestos e greves.

(SCHERER-WARREN,1987, p. 47.).

O momento da emergência das práticas reivindicatórias, na década de 1970, significou uma movimentação da sociedade civil, a despeito da repressão que despolitizava e privatizava a vida. Novos espaços foram ocupados pelos trabalhadores e pelos diversos grupos sociais para a prática de lutas e de organizações. Essas práticas reivindicatórias trazem:

A) O renascimento de uma mentalidade, uma cultura política e um enfrentamento ao poder oligárquico que dominava a nação nesse período.
B) A expansão, ainda que tardia, do marxismo-leninismo, enquanto corrente filosófica, teórica ou ideológica, pela primeira vez no cenário nacional.
C) A ampliação do espaço da sociabilidade e da ação que passam das discussões em pequenos grupos para as discussões públicas mais amplas.
D) As organizações mais moleculares, como os grupos de reflexão da Igreja, de mulheres, de ecologistas, que passam a organizar e liderar os demais grupos de esquerda.
E) A autonomia e a independência dos esquemas tradicionais populistas em que predominava o clientelismo político e, ao mesmo tempo, a afirmação de outros poderes.

Questão 45

Numa cidade polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados, propor uma política cultural supõe decisões mais amplas, definição clara de prioridades, planejamento rigoroso dos recursos, sobretudo em tempo de crise econômica, quando um órgão público precisa fazer mais com menos. Numa perspectiva democrática, as prioridades são claras: trata-se de garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios.

(CHAUÍ, Marilena de Souza, 2006.)

A filósofa *Marilena Chauí* foi uma das responsáveis por popularizar o termo "cidadania cultural", principalmente pelo livro "Cidadania cultural: o direito à cultura". Segundo a filósofa, se exercer a cidadania é ter capacidade de dispor de seus direitos, então ter acesso à cultura também é um direito. No Brasil, esse direito à cultura

A) é alheio ao Estado, ao qual, cabe apenas assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, e à convivência familiar.

B) no que tange ao ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), mesmo nas versões mais recentes, não é prioridade. A situação de grande parte das crianças do Brasil requer outros cuidados muito mais urgentes.

C) no que diz respeito à carta constitucional, que deveria ser o carro chefe da cidadania cultural, não é referendado, pois as questões especificamente relacionadas às questões culturais, são vistas como secundárias.

D) em se tratando de crianças e adolescentes, vistos como vulneráveis, cabe a nós, civis e populares, responsáveis prioritários por lutar pelo direito à construção de uma cidadania que inclua as manifestações culturais.

E) é regido por nossa lei maior, que estabelece que é dever de União, Estados, Municípios e Distrito Federal, garantir meios de acesso à cultura. As leis são claras, a fim de que a União crie regras gerais, e os Estados e DF atuem.

Questão 46

Atualmente, a cultura e a diversidade como tema transversal ou singular das políticas vêm desafiando governos democráticos e, ao mesmo tempo, exigindo dos cidadãos a contínua articulação em redes para a efetivação de direitos coletivos. Através das redes podemos reconhecer, a grosso modo, os tipos ou níveis de solidariedade: o nível mundial; o nível do território; dos Estados; e, o nível local.

(SANTOS, 2006.)

A noção ampliada de cultura para sua efetividade em políticas culturais exige o acionamento e a potencialização da transversalidade como componente da cultura e das políticas culturais, sob pena de distanciar a narrativa, que reivindica o conceito ampliado, e a prática, que não consegue tornar tal discurso realidade. Sobre tal transversalidade cultural, é correto afirmar que, é:

A) Fundamental, urgente e necessário reconhecer a transversalidade como característica intrínseca à própria cultura.

B) Patente o fato de que as políticas transversais voltadas para o próprio meio cultural deturpam a própria essencialidade da cultura.

C) Comprovado que a transversalidade não consegue perpassar diferenciados universos sociais, o que na realidade, nem é a sua função.

D) Histórica a composição da cultura por setores diferenciados e com alta tendência à dispersão porque a cultura mudou, surgiu a transversalidade.

E) Verídica a ideia de que a cultura não só se compõe de áreas e linguagens específicas, mas depende unicamente da organização imposta pelas classes dominantes.

Questão 47

Observe a imagem:

(O Re-inventar da tradição na contemporaneidade – Artesol.)

Um exemplo dessa capacidade única de imprimir no mundo suas perspectivas originais é o ceramista João Augusto Alves Ribeiro, que nasceu em Santana de Araçuaí, único distrito de Ponto dos Volantes, Vale do Jequitinhonha (MG). Ligado à BR 116 por onze quilômetros de estrada de terra, o lugar é conhecido pela produção em cerâmica iniciada há cerca de 60 anos pelas mãos revolucionárias da grande mestra da arte popular brasileira, Isabel Mendes Cunha. Com a técnica tradicional aprendida com a mãe "louceira", ela perseguiu o sonho de modelar bonecas. O repasse espontâneo aos filhos, genro, nora e netos se dava através do tradicional modo de "aprender vendo alguém fazer".

(O Re-inventar da tradição na contemporaneidade – Artesol.)

O artesanato brasileiro de raiz é muito mais do que uma fascinante coleção de objetos com uma estética popular cativante. É um dos exemplos de que cultura, tradição e contemporaneidade são elementos presentes em nosso cotidiano. Nesses elementos e na relação que estabelecem entre si

A) estão contidos traços e elementos culturais riquíssimos, repletos de sincretismo que compõem o que entendemos por "brasilidade".

B) apresentam-se mesclados o fruto das culturas nativas e saberes dos povos originários do país sem as influências estrangeiras que deturparam nossa cultura.

C) extirpa-se de vez a miscigenação étnica e cultural com os diferentes imigrantes europeus e asiáticos que devem ser vistos como alheios à matriz cultural brasileira.

D) preconiza-se a necessidade de manter as práticas sociais, econômicas e educativas da comunidade artesã, longe de qualquer tecnologia, seja de produção ou comercialização.

E) estabelece-se nitidamente a incompatibilidade e a intolerância cultural e étnica entre os conhecimentos e saberes-fazeres tradicionais da cultura popular para a cultura erudita.

Questão 48

Em vários países podemos verificar a existência de planos e estratégias de ação cultural. Há, também, um amplo referencial estatístico que recolhe dados sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento. Há, inclusive, quem defenda a necessidade das empresas implementarem um novo paradigma de relação com o mercado, em que ao invés dos produtores determinarem o que é que os consumidores consomem, que tem vindo a gerar aquilo a que consideramos a uniformização dos consumos com a consequente perda das diversidades locais; são os consumidores com a força da sua cultura local que escolhem o que querem consumir localmente. Defende-se, portanto, que as empresas que sobreviverão no mercado serão as que forem capazes de aproveitar o potencial local, as chamadas comunidades de consumidores. Isso seria também relevante para criar inovação.

(UNESCO, Políticas Culturais para o Desenvolvimento, Brasil. UNESCO, 2003.)

Como postulado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a cultura, assim como a educação e a ciência, é um dos pilares para o desenvolvimento humano e social. Sendo assim, é correto afirmar que a relação entre cultura e desenvolvimento é:

A) Importante, mas não pode ser considerada indispensável, podendo ser plenamente substituída pela educação pura e simples.
B) Contraditória, no sentido de que existe uma dialética interessante entre ambas: a cultura gera o desenvolvimento que extermina a cultura.
C) Comprovada, embora, nesses tempos de globalização e mundialização econômica, estrutural e étnica, tenha perdido praticamente seu sentido.
D) Indissociável, ou seja, não há vida humana que não se estruture e nem se desenvolva sem estabelecer uma relação direta com a cultura que a envolve.
E) Unilateral, uma vez que quanto mais o desenvolvimento, principalmente tecnológico ocorre mais a cultura se torna reproduzida e sem originalidade.

Questão 49

A Lei nº 5.452, sancionada no ano de 2022, em Rondônia, cria a Semana Cultural dos Povos Indígenas. Segundo o documento publicado no Diário Oficial, as celebrações devem acontecer anualmente com data inicial no dia 18 de abril. A data antecede o 19 de abril, Dia da Diversidade Indígena ou Dia dos Povos Indígenas. Essa data é importante para marcar, dentre outros fatos, a luta dos povos originários pela sobrevivência desde a colonização do Brasil até os genocídios modernos. A intenção da nova Lei é ajudar na valorização da diversidade étnica, linguística e cultural dos povos indígenas de Rondônia. A Lei já está em vigor e passa a integrar o calendário oficial do estado de Rondônia.

(Lei cria a "Semana Cultural dos Povos Indígenas" em Rondônia | Rondônia | G1. globo.com)

Nos dias atuais, os projetos culturais têm se tornado instrumentos de mudança e desenvolvimento nas organizações governamentais ou não, que, cada vez mais, procuram se capacitar no gerenciamento de múltiplos projetos. Segundo a Constituição Federal criada em 1988, em relação à cultura:

A) Está garantida a existência de planos de cultura, no intuito de controlar o desenvolvimento cultural do país, mesmo que se afirme a necessidade do indivíduo de cuidar da sua própria cultura.
B) Fica claro que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura em vários âmbitos, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.
C) É explícito que o governo deve proteger qualquer tipo de manifestação cultural dos grupos, independente da cultura que eles vivem, sem, no entanto, ter obrigação de gerir recursos ou desviar verbas para esses fins considerados supérfluos.
D) É patente a omissão dessa área, que permanece uma área periférica, vista, ainda, como algo não relevante, a ponto de ser discutido dentro do âmbito governamental. O tema é discutido isoladamente a nível estadual e nos grupos e movimentos artísticos.
E) É acordado que, embora não seja necessário um esforço intelectual dos órgãos públicos para desenvolver políticas culturais, pois têm outras prioridades, que esses órgãos deem conta de sanar os problemas causados pela omissão do interesse na área.

Questão 50

A gestão compartilhada e processos sociais participativos, pautados pela participação de membros dos seus variados segmentos, tende a inverter o processo caracterizado e desenvolvido de forma tradicional, onde deixa de ocorrer sob o movimento vertical passando a adotar e a valorizar a participação sob a ótica horizontal, possibilitando a participação dos seus membros, promovendo a condução do processos de forma inovadora, onde cada integrante deixa de ser um ser passivo assumindo a condição de membro ativo, participativo e transformador, seja no campo de tomada de decisões, ou dentro das práticas que permeiam todo o processo de ação.

(DALMAS, Ângelo, 2008.)

A gestão compartilhada e processos sociais participativos no âmbito escolar, ou no âmbito empresarial, ou cultural traz como consequência:

A) Negativa, uma gestão coletivizada, onde não há como responsabilizar indivíduos por suas ações, ou seja, ninguém assume a gerência do processo.
B) Negativa, a inexistência de uma felicidade individual, ou mesmo de uma realização mais introspectiva, já que o individualismo se perde por completo.
C) Negativa, não se tratar mais do cidadão como autônomo e participativo, uma vez que o fato de delegar seus poderes, sem de fato exercê-los, o que o exclui do processo.
D) Positiva, uma tomada de poder do cotidiano particular para a sociedade e sobre as coisas, em uma forma de influir definitivamente sobre o destino da coletividade.
E) Positiva, a participação de um maior número de integrantes onde a responsabilidade não é somente de uma pessoa, e há maior possibilidade de uma eficácia coletiva.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade que será avaliado na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Sob pena de perda de 1,0 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem o limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	**21 pontos**
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	**9 pontos**
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **2.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Texto I

Rondônia discute aplicação da escuta especializada para atender crianças e adolescentes em situação de violência

A aplicação da escuta especializada no atendimento da rede de proteção à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de uma situação de violência, com base na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto n° 9.603, de 10 de dezembro de 2018, é o foco do Encontro que o Governo do Estado realiza durante dois dias, por meio da Secretaria da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas, no Hotel L' Acordes, em Porto Velho, com a participação de cerca de 200 agentes que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Rondônia. O Encontro segue até o final da tarde desta quinta-feira (8).

Para a coordenadora-geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos, vinculada ao Ministério da Cidadania, Márcia Pádua Viana, que abriu o Encontro com a palestra magna: "Os Parâmetros de Atuação da Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas", o diálogo e a troca de experiências, além da assistência social, ou seja, envolvendo agentes de forma intersetorial, é importante e desafiador para que a proteção seja efetiva e não revitimizante. Segundo ela, o público mais afetado pela violência física ou abandono, são as crianças de 0 a 6 anos.

(Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-discute-aplicacao-da-escuta-especializada-para-atender-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia/.)

Texto II

Num contexto de redemocratização, a CF/1988 inaugura uma nova era de garantia de direitos individuais, sociais e coletivos, dentre eles o direito à infância como um direito social pelo seu Art. 6º, destinando ao art. 227 a tutela da infância e juventude, agora vista como responsabilidade solidária pelo princípio da proteção integral, senão vejamos.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(Lorena de Borba Pacheco. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/71339/medidas-de-protecao-a-crianca-e-ao-adolescente-avancos-e-desafios-a-sua-concretizacao.)

Texto III

Adolescentes e jovens brasileiros estão mais otimistas quanto ao futuro do que os adultos, e querem ser parte da construção do futuro

"Não faltam motivos para o pessimismo no mundo de hoje: mudança climática, pandemia, pobreza e desigualdade, aumento da desconfiança e crescimento do nacionalismo. Mas aqui está um motivo para otimismo: adolescentes e jovens se recusam a ver o mundo através das lentes sombrias dos adultos", afirma a diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore. "Em comparação com as gerações mais velhas, adolescentes e jovens do mundo permanecem esperançosos, com uma mentalidade muito mais global e determinados a tornar o mundo um lugar melhor. Eles se preocupam com o futuro, mas se veem como parte da solução."

(Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-e-jovens-brasileiros-estao-mais-otimistas-quanto-ao-futuro-do-que-os-adultos/.)

Texto IV

(Disponível em: https://www.inesc.org.br/o-estatuto-e-um-so-as-infancias-sao-muitas/.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Criança e do adolescente: medidas protetivas e integradoras para garantias presentes e futuras".

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, palmtop, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) devidamente assinado em local específico.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 90 (minutos) horas do início de realização das provas; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 15h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento dos dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.